



**Secretaria de Estado de Fazenda**

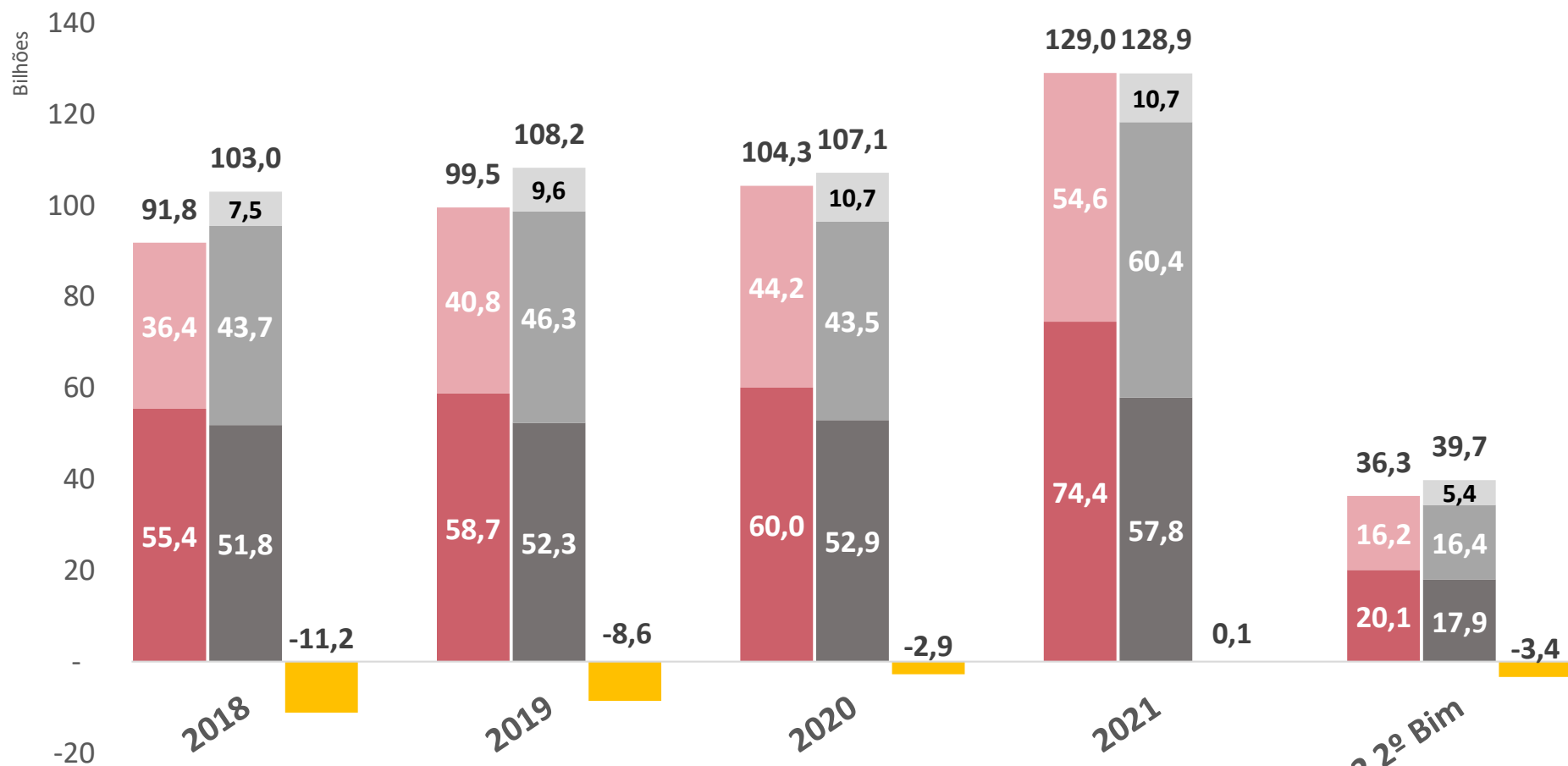
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA – SEF  
Assembleia Fiscaliza

28/06/22

# DADOS FISCAIS

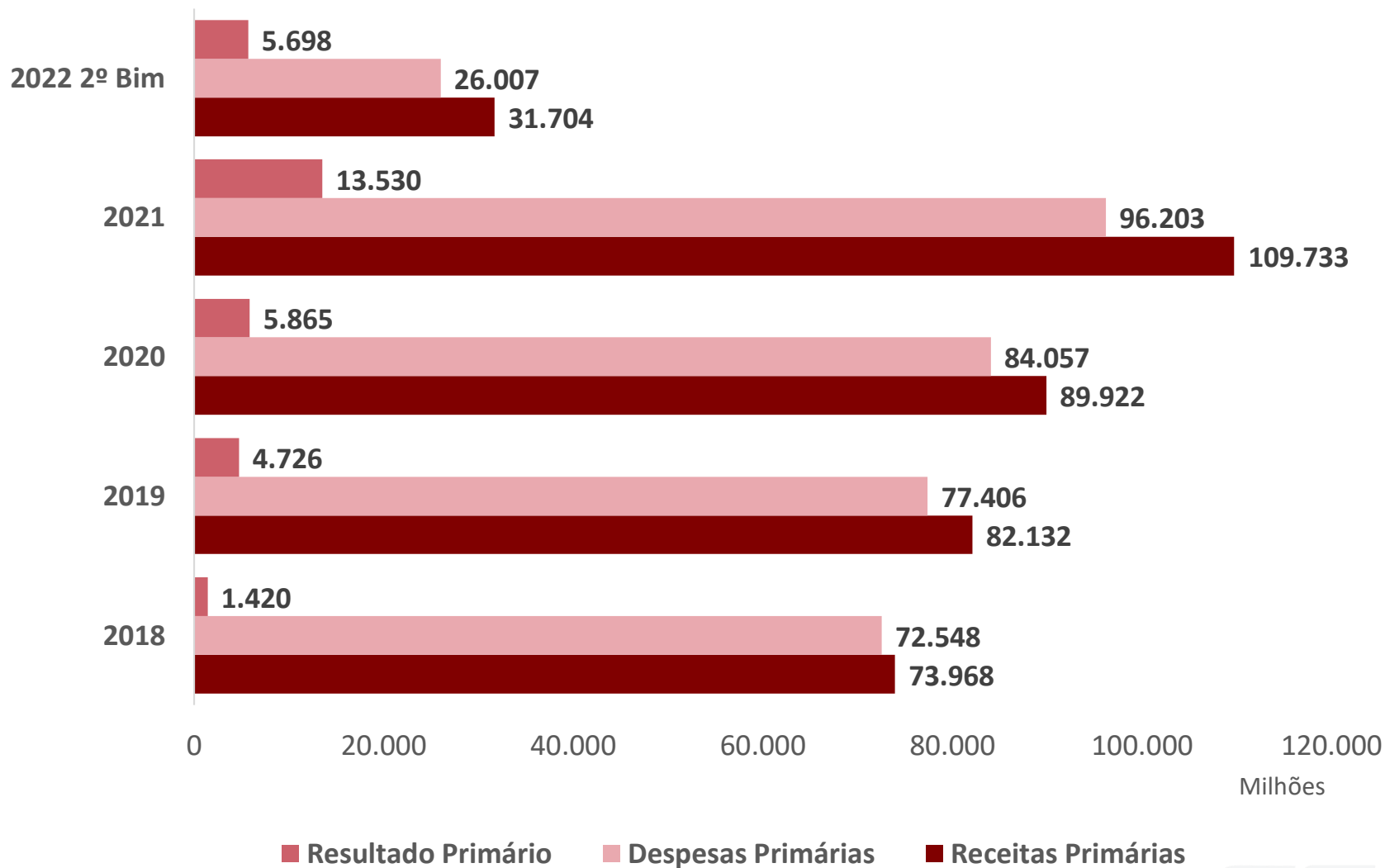
# RESULTADO FISCAL – 2018/2022 (R\$ BILHÕES)

- Receita Tributária
- Receita Não Tributária
- Pessoal e Encargos Sociais
- Custeio e Investimentos
- Serviço da Dívida
- Resultado Fiscal



# RESULTADO PRIMÁRIO 2018/2022 (R\$ MILHÕES)

Fonte: RREO/RGF – RECEITA REALIZADA - DESPESA PAGA



# PRINCIPAIS INDICADORES FISCAIS – 2018/2022

## DESPESAS COM PESSOAL (R\$ MILHÕES)

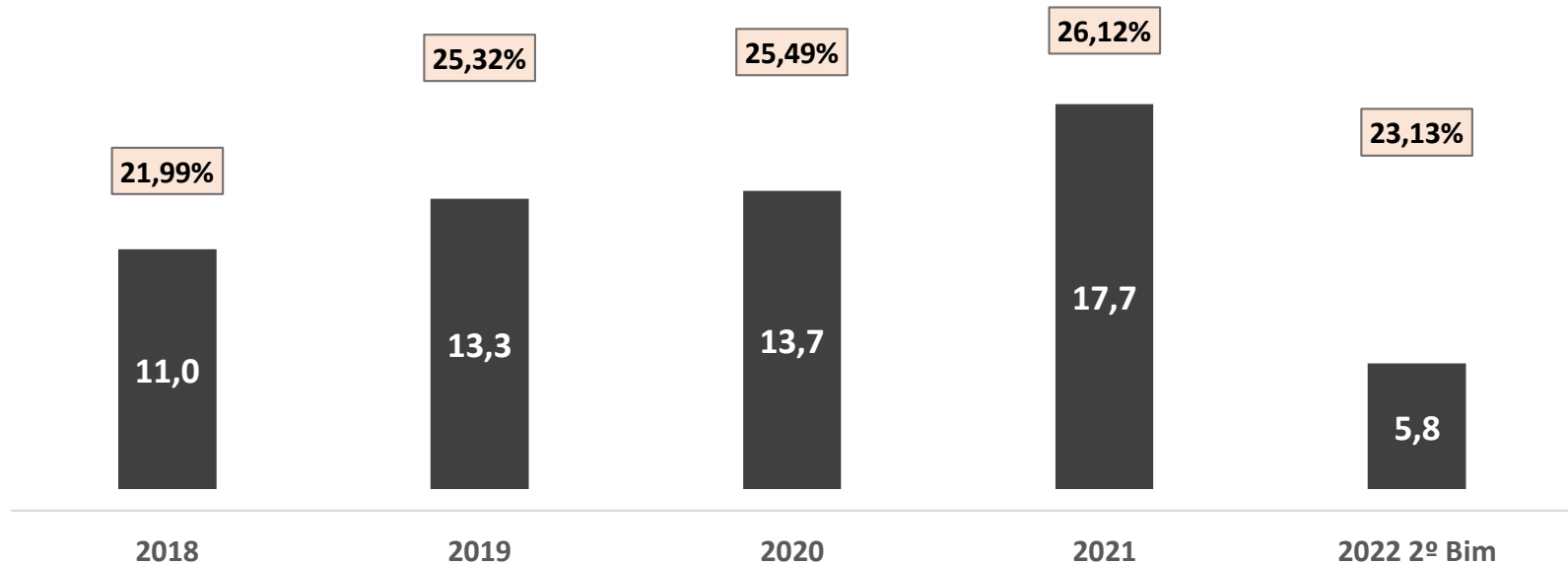
	<b>2018</b> (3º Quad.)	<b>2019</b> (3º Quad.)	<b>2020</b> (3º Quad.)	<b>2021</b> (3º Quad.)	<b>2022</b> (1º Quad.)
<b>Receita Corrente Líquida</b>	56.345	64.068	70.580	82.433	86.390
<b>Despesas com Pessoal (Poder Executivo) <sup>1</sup></b>	37.557	37.428	38.063	40.125	41.432
<b>Despesas de Pessoal / RCL</b>	<b>66,65%</b>	<b>58,42%</b>	<b>53,93%</b>	<b>48,68%</b>	<b>47,96%</b>

Fonte: RREO/RGF

Nota: 1 - 2018 a 2020 apuradas conforme metodologia STN.

# ÍNDICE EDUCAÇÃO – 2018 a 2022

Ano	2018	2019	2020	2021	2022 2º Bim
Investimento (R\$ bi) <sup>1</sup>	11,0	13,3	13,7	17,7	5,8
Índice (%)	21,99%	25,32%	25,49%	26,12%	23,13%

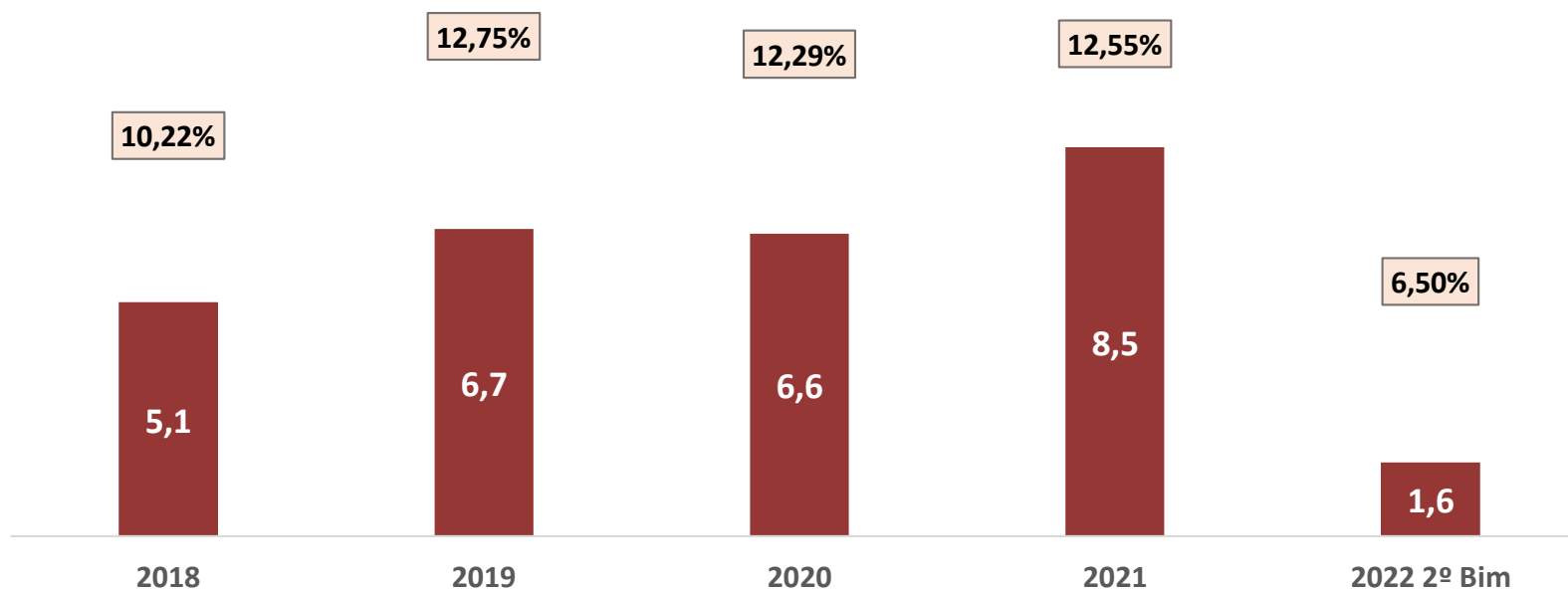


Fonte: RREO e Siafi-MG

Notas: 1 - De 2018 a 2021, são consideradas as despesas empenhadas, para 2022 são consideradas as despesas liquidadas

# ÍNDICE SAÚDE – 2018 a 2022

Ano	2018	2019 <sup>2</sup>	2020	2021	2022 2º Bim
Investimento (R\$ bi) <sup>1</sup>	5,1	6,7	6,6	8,5	1,6
Índice (%)	10,22%	12,75%	12,29%	12,55%	6,50%



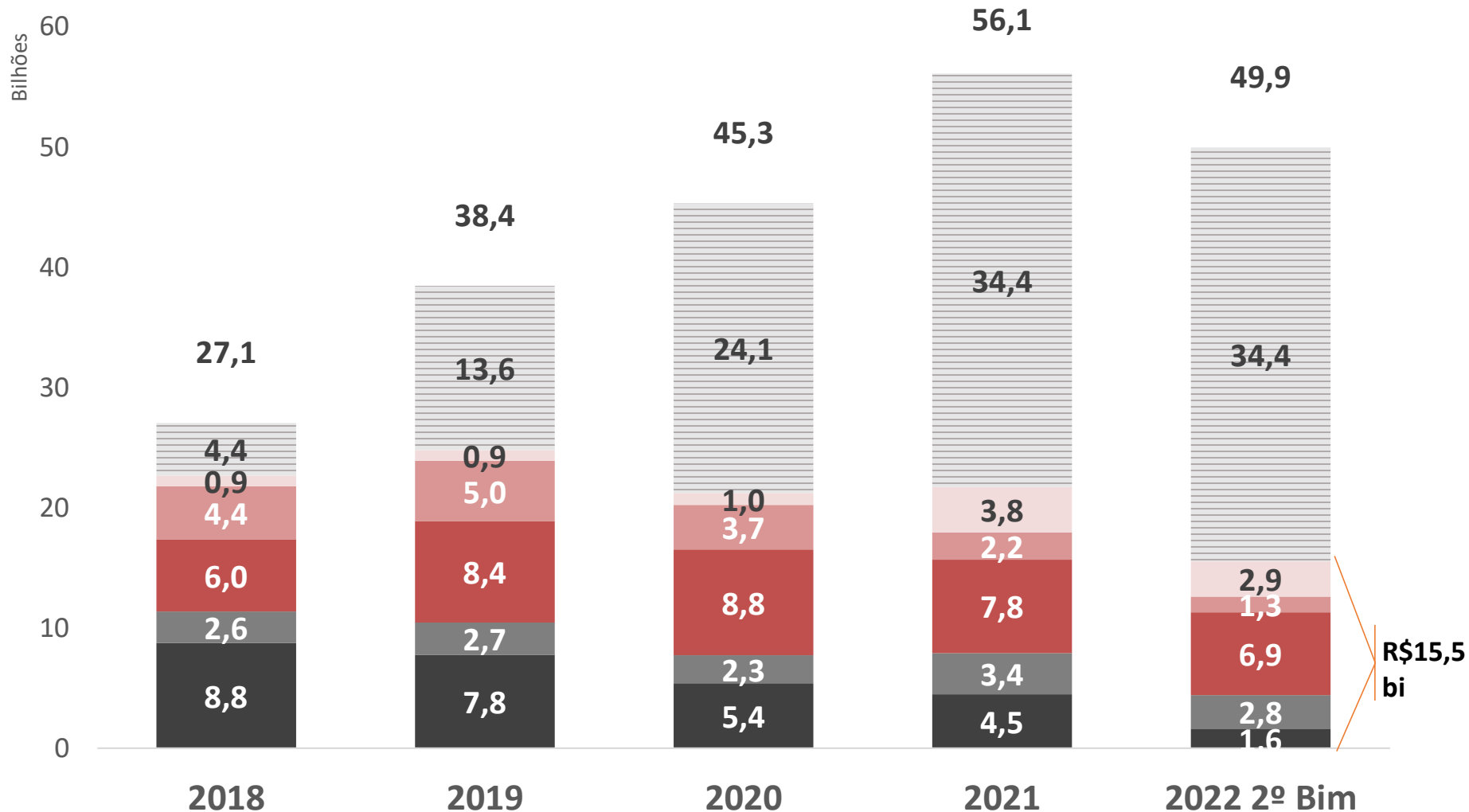
Fonte: RREO e Siafi-MG

Notas: 1 - De 2018 a 2021, são consideradas as despesas empenhadas, para 2022 são consideradas as despesas liquidadas;

2 – Não consideradas as aplicações adicionais referentes à compensação pelo descumprimento em 2018 (art. 25 da LC nº 141/12).



# EVOLUÇÃO DO ESTOQUE - EXECUTIVO

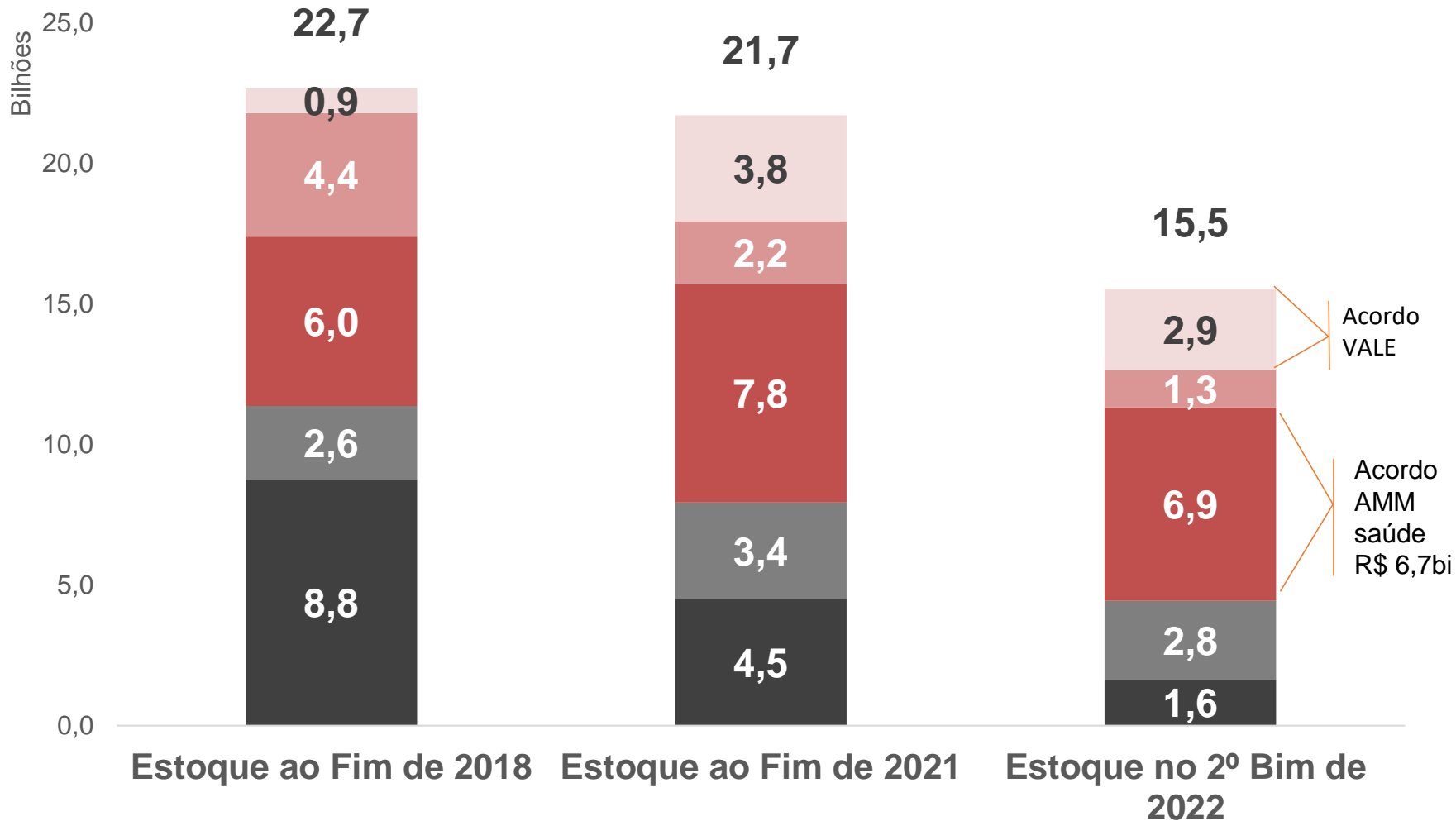


Pessoal e Encargos Sociais
  MDE
  ASPS
  Demais correntes
  Demais Capital
  Serviço da Dívida



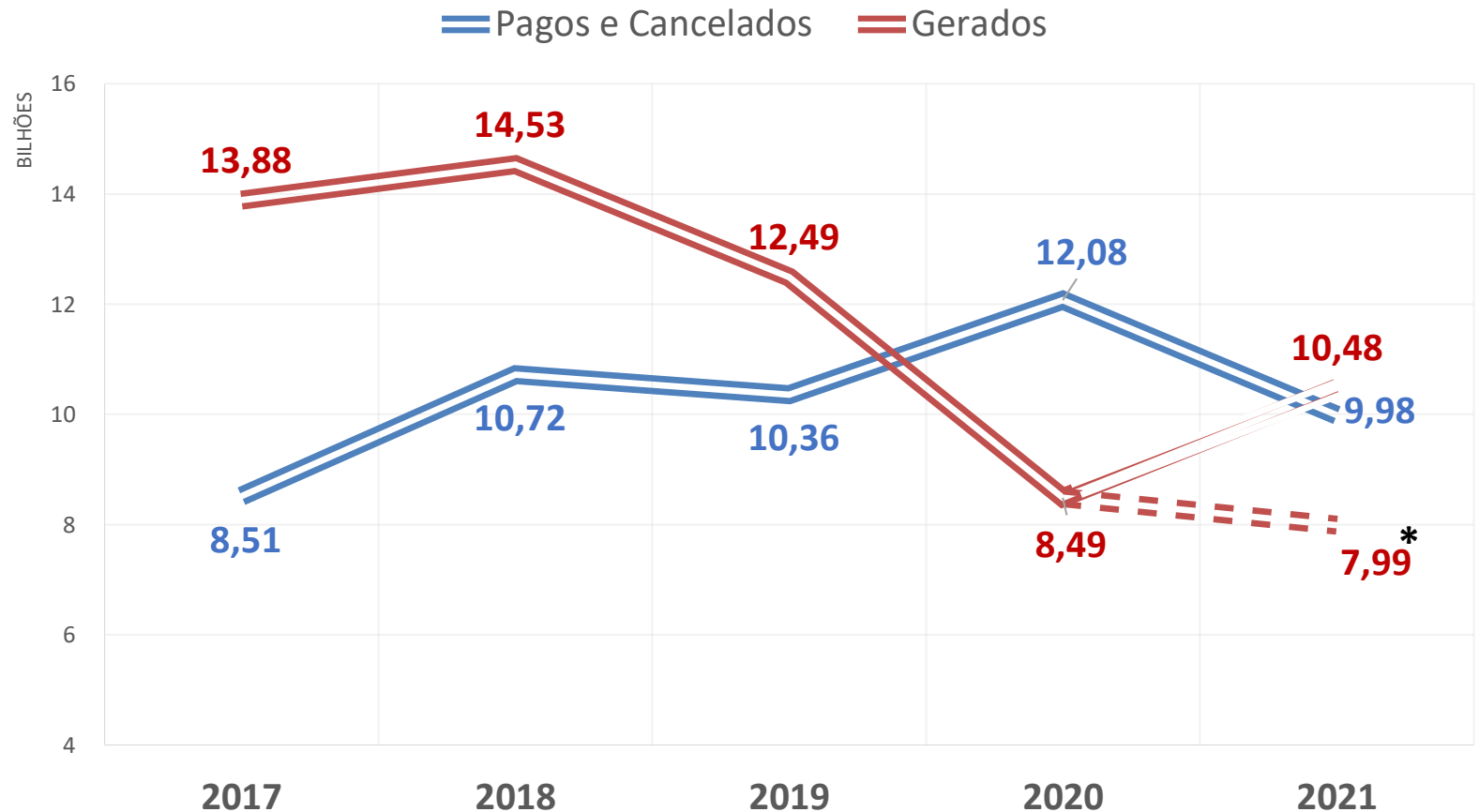
# GESTÃO DE RESTOS A PAGAR – EXCETO DÍVIDA - EXECUTIVO

## Composição do Estoque de Restos a Pagar



■ Pessoal e Ecargos Sociais ■ MDE ■ ASPS ■ Demais Custeio ■ Demais Capital

# GESTÃO DE RESTOS A PAGAR – EXCETO DÍVIDA - EXECUTIVO



\* Desconsiderando despesas com recursos do Acordo Vale

# DÍVIDA

# DÍVIDA PÚBLICA – 2018/2022 (R\$ MILHÕES)

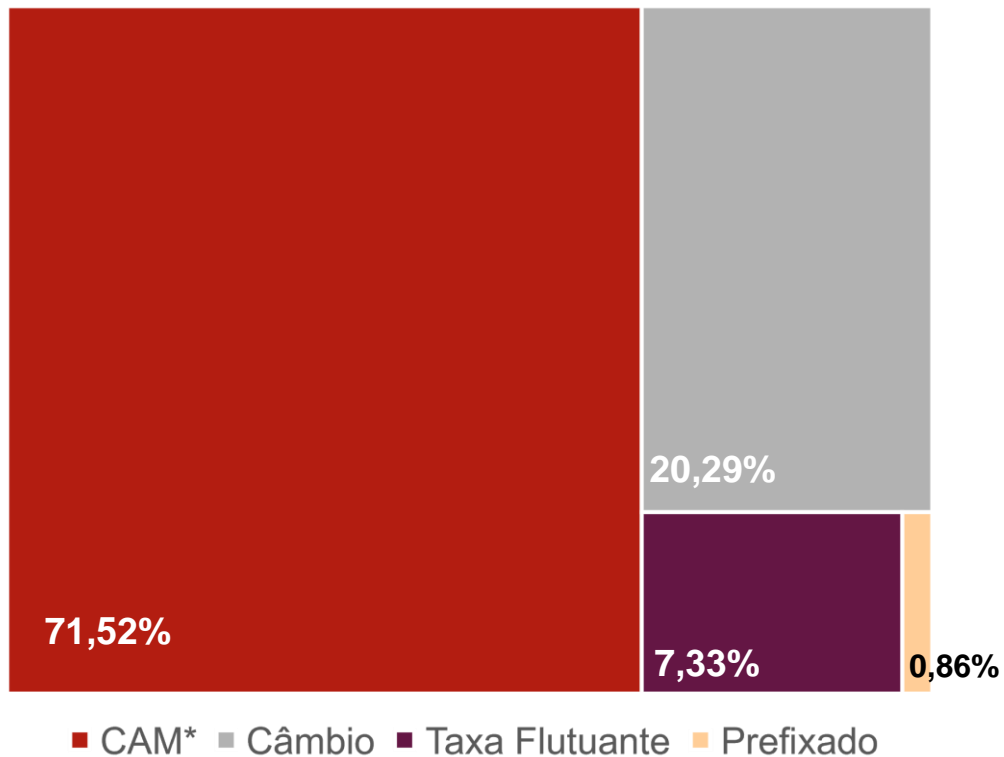
	2018 (3º Quad.)	2019 (3º Quad.)	2020 (3º Quad.)	2021 (3º Quad.)	2022 (1º Quad.)
<b>Dívida Consolidada Líquida</b>	106.509	122.689	133.034	139.628	132.403
<b>DCL/RCL</b>	189,03%	191,50%	188,49%	169,38%	153,26%

# DÍVIDA PÚBLICA CONTRATUAL

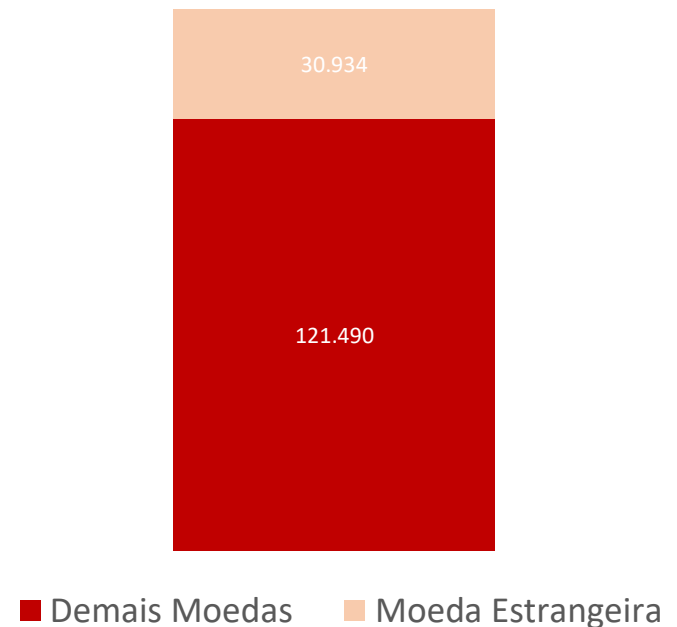
SALDO DA DÍVIDA CONTRATUAL:

## R\$ 152,42 bilhões

Composição por indexador:



Composição tipo de moeda (R\$ milhões):



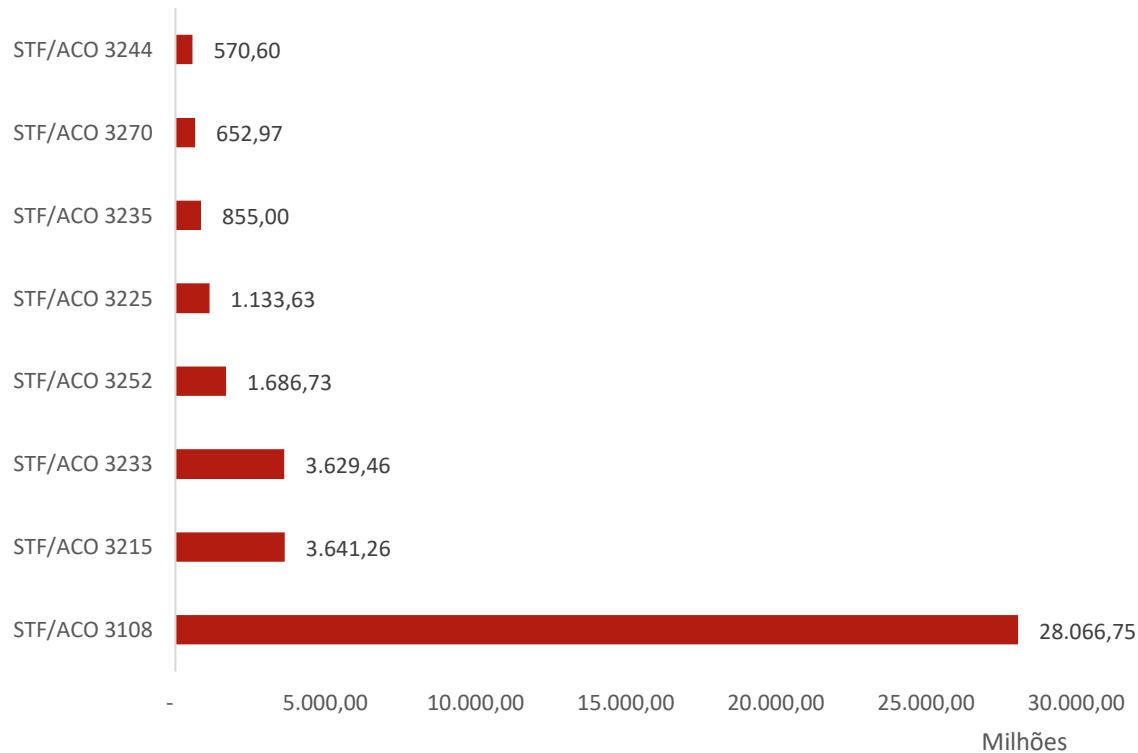
\* CAM – Coeficiente de Atualização Monetária relativo ao contrato de financiamento – Lei nº 9.496/97, baseado na Lei Complementar nº 148/2014 e Decreto nº 8.616/2015.

# SERVIÇO DA DÍVIDA (R\$ MILHÕES)

LIMINARES STF - Total dos valores não pagos até maio de 2022:  
(atualizados com encargos de inadimplência)

## R\$ 40,23 bilhões

■ Custo da Inadimplência  
■ Valores Originais



# PASSIVOS



# REGULARIZAÇÃO PASSIVOS

---

- **ACORDO AMM**

- Valor total: R\$ 7,0 bilhões

- Pagamento realizado: R\$ 7,0 bilhões, sendo que o Estado pagou antecipadamente.

- **ACORDO AMM - Saúde**

- Valor total Acordo: R\$ 6,7 bilhões

- Pagamento realizado: R\$ 773 milhões\*

- **DEPOSITOS JUDICIAIS**

- Valor total: R\$ 7,6 bilhões

- Pagamento realizado: R\$ 290 milhões\*

\* Posição maio/2022



# REGULARIZAÇÃO PASSIVOS

---

- **Outros passivos regularizados**

- Impostos federais

- Consignado do servidor público do EMG

- Repasses ao IPSM

- Precatórios

- Outros

# Regime de Recuperação Fiscal

# REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL

## RRF (LC Nº 159/2017 + LC Nº 178/2021)

- Adaptação das condições de habilitação (atendidas por MG para adesão em 2021).
- Medidas obrigatórias mais flexíveis.
- Pagamento da dívida suspenso desde a adesão até a homologação.
- Retorno do pagamento da dívida em 9 exercícios (aumento gradual de 11,11% a.a., até 100% no 10º ano).

Redução Extraordinária das parcelas - serão incorporadas em NOVO contrato:

- Prazo para pagamento – 30 anos (inclusive dívidas garantidas pela União)
- Correção IPCA
- Juros 4% a.a.

Limitado à SELIC  
(capitalização = 9.496/97)

# MEDIDAS OBRIGATÓRIAS

➔ PARA ADERIR AO RRF É NECESSÁRIO REALIZAR 8 MEDIDAS OBRIGATÓRIAS

## O QUE JÁ FOI REALIZADO:

- ✓ ● REFORMA DA PREVIDÊNCIA.
- ✓ ● PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.
- ✓ ● CONTA UNIFICADA.

## O QUE PRECISA SER FEITO:

- ✗ ● AUTORIZAÇÃO DE ADESÃO AO RRF.
- ✗ ● AUTORIZAÇÃO PARA LEILÃO REVERSO DE RP.
- ✗ ● GASTOS LIMITADOS À VARIAÇÃO DO IPCA.
- ➔ ● REDUÇÃO DE INCENTIVOS FISCAIS\*
- ✗ ● MEDIDAS DE PESSOAL.
- ✗ ● DESESTATIZAÇÃO.\*\*

PL 1.202/19

\*Em função dos incentivos fiscais do EMG já estarem dentro do definido pela LC 160/2017, não há necessidade de redução

\*\*NA DESESTATIZAÇÃO SERÁ NECESSÁRIO A ALIENAÇÃO DA CODEMIG PARA EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ECONÔMICO DO RRF – UTILIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR E DÍVIDA.

# MEDIDAS OBRIGATÓRIAS – PROJETOS ALMG

---

## **PL nº 1.202/19** (substitutivo nº 02, de 01/10/2021)

- Autoriza a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (e outros);
- Aguardando parecer na CCJ – primeiro turno.

## **PL nº 1.203/19**

- Autoriza a privatização e outras formas de desestatização da Codemig;
- Aguardando parecer na CCJ – primeiro turno.

## **PEC nº 57/2020** (desmembramento PEC 55/2020)

- Regime jurídico de servidores do EMG;
- Aguardando parecer da CCJ e Comissão Especial.

## **PLC nº 48/2020** (desmembramento PLC 46/2020)

- Regime jurídico de servidores do EMG;
- Aguardando análise pelas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ), Administração Pública (APU) e Fiscalização Financeira e Orçamentária (FFO).

# COMPARATIVO (ART. 23 LC 178 + RRF) x ART.23 LC 178

(R\$ bilhões)

Ano	Art. 23 (A)	Art. 23 + RRF (B)	Diferença (B-A)
2022	4,83	0,90	- 3,94
2023	10,90	2,70	- 8,20
2024	11,82	4,38	- 7,43
2025	11,12	5,82	- 5,30
2026	11,25	7,31	- 3,94
2027	11,38	8,78	- 2,60
2028	11,51	10,22	- 1,30
2029	11,01	11,19	0,18
2030	11,19	12,52	1,32
2031	11,37	13,81	2,44
<b>Total</b>	<b>106,38</b>	<b>77,62</b>	<b>- 28,76</b>

2022 + 2023  
- R\$ 12,14 bi

# PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MG



# EVOLUÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS-MG



Fonte: Avaliação Atuarial Dezembro de 2021 (Juros 0%)

A redução de 2019 para 2021 em mais de R\$100,0 bi foi devida a Reforma da Previdência Estadual – E. C. nº 104/2020 e L. C. nº 156/2020.

## AUMENTO NA ARRECADAÇÃO DE COMPREV

ANO	Pagar ao INSS	Receber do INSS	SALDO
2018	R\$ 83.709.011,83	R\$ 72.037.566,47	-R\$ 11.671.445,36
2019	R\$ 67.614.160,27	R\$ 70.111.869,32	R\$ 2.497.709,05
2020	R\$ 43.644.543,06	R\$ 65.483.701,43	R\$ 21.839.158,37
2021	R\$ -	R\$ 41.559.593,35	R\$ 41.559.593,35
2022/Abril	R\$ -	R\$ 14.080.750,66	R\$ 14.080.750,66
<b>Total</b>	<b>R\$ 194.967.715,16</b>	<b>R\$ 263.273.481,23</b>	<b>R\$ 68.305.766,07</b>

# PREVICOM – Fundo de Previdência Complementar dos servidores do EMG

Patrimônio (milhões)		
Maio/2019	Dez/2020	Maio/2022
R\$ 8,67	R\$ 26,4	R\$ 78,2
Participantes		
525		1.749

O Servidor ou Membro que optou por migrar, até 31/12/2021, poderá receber, cumulativamente, o benefício previdenciário do RPPS, o benefício da previdência complementar (PREVCOM-MG) e o benefício especial criado pela LC nº 158/2021.

Patrocinador a	Servidores que Migraram	Saíram da PREVCOM
ALMG	28	2
DP	30	4
MP	321	17
TJ	134	10
TCE	39	1
Executivo	163	10
<b>TOTAL</b>	<b>715</b>	<b>44</b>

# ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

# A RECEITA TRIBUTÁRIA - MG

## Receita Tributária – Jan a Mai de 2022 (R\$ mil)

Mês	Jan a Mai Valores Correntes		Variação (%)	
	2021	2022	(R\$)	(%)
ICMS	24.947.188	29.280.729	4.333.541	17,4%
IPVA	5.224.752	5.583.488	358.736	6,9%
ITCD	521.805	541.379	19.574	3,8%
TAXAS	1.494.557	1.764.885	270.328	18,1%
<b>TOTAL</b>	<b>32.188.302</b>	<b>37.170.481</b>	<b>4.982.179</b>	<b>15,5%</b>

**Fonte:** RMA.

**Elaboração:** DIEF/SAIF/SEF-MG

**Notas:** ICMS/IPVA/ITCD/TAXAS, principal sem Multas, Juros e D. Ativa

# MEDIDAS COM FOCO NO CONTRIBUINTE

# SIMPLIFICAÇÃO DA RELAÇÃO DOS CONTRIBUINTES COM A RECEITA ESTADUAL

---

- **São 133 tipos de serviços entre virtuais e remotos (107 virtuais, 26 remotos), disponíveis no Portal da SEF**
- O Projeto Estratégico de Governo “Simplificação Tributária” concluído e implantado em 2020 continua repercutindo em 2022.
  - ✓ **Desobrigar DAPI** – Consolidação do projeto de dispensa da obrigação acessória de transmissão da Declaração de Apuração e Informações do ICMS (DAPI) para o contribuinte mineiro. Até maio de 2022 foi atingida a **marca de 8.230 contribuintes dispensados**.
  - ✓ **Concessão automatizada de regime especial** - De janeiro a maio de 2022, mais **2 TTS tiveram sua concessão automatizada**: Indústria de Carnes e Derivados; e Indústria de Móveis de Metal. Agora, já são 11 as atividades que podem requerer o Tratamento Tributário Setorial (TTS) de forma facilitada, por meio da concessão automatizada no modo de regimes especial no SIARE (o e-PTA/RE automatizado).
  - ✓ **Expansão do Sistema de Autorregularização** - regularização espontânea de um maior número de pendências e irregularidades em uma única plataforma digital. Desde a implantação **até 03/06/2022**, já foram realizadas um total de **75,69 mil regularizações**, perfazendo um total de **R\$ 951,02 milhões de crédito tributário original regularizados**.

# MÓDULO REGIME ESPECIAL e-PTA RE AUTOMATIZADO

## Concessão automatizada de Regime Especial

SETORES ECONÔMICOS FAVORECIDOS	QUANT. DE PTAs (regra geral)	Nº DE ESTABELECIMENTOS BENEFICIADOS	
CORREDOR DE IMPORTAÇÃO	965	1.312	✓
CALÇADOS	280	319	✓
E-COMMERCE NÃO VINCULADO	359	376	✓
CONFECÇÕES	321	408	✓
ELETROELETRÔNICOS E AFINS	429	507	✓
INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE AÇO	204	257	✓
INDUSTRIAL DE FIOS E CABOS	82	97	✓
INDÚSTRIA DE MÓVEIS DE MADEIRA	74	93	✓
INDÚSTRIA DE MÓVEIS DE METAL	14	26	✓
FABRICAÇÃO DE AGUARDENTES	22	33	✓
CARNES E PRODUTOS RESULTANTES DO ABATE	83	104	✓
TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ	77	93	

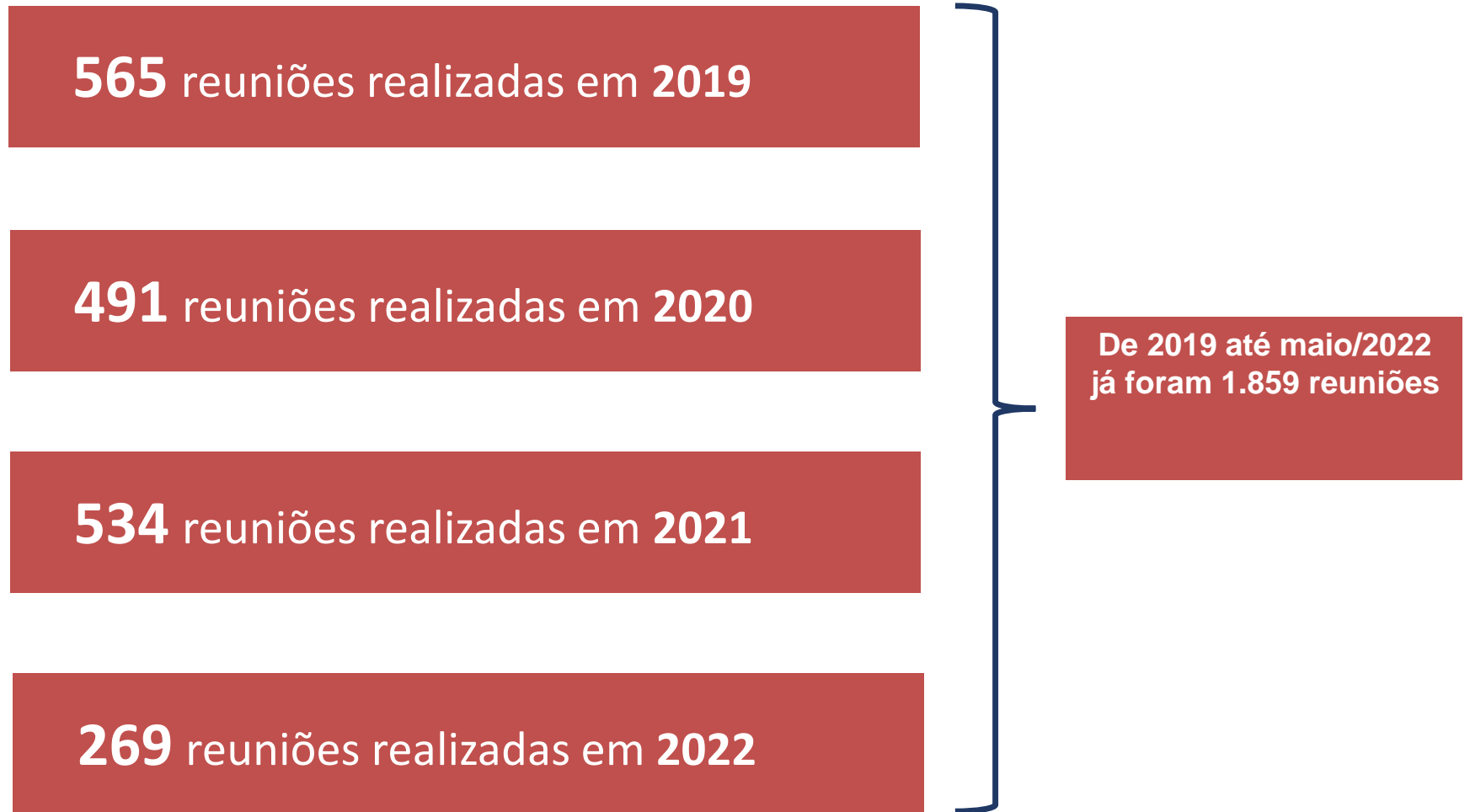


# OUTRAS MEDIDAS COM FOCO NO CONTRIBUINTE E CIDADÃO

---

- Disponibilizado o **Aplicativo Nota Fiscal Fácil (NFF)**, que inicialmente poderá ser utilizado por produtores rurais pessoas físicas (PRPF) do segmento de hortifrutigranjeiros (cerca de 350 mil no estado). A ferramenta permite a emissão simplificada da nota fiscal eletrônica, deixando a complexidade da geração de arquivos sob a responsabilidade de um sistema centralizado (o Portal Nacional da NFF). (fev.2022)
- Disponibilizada a funcionalidade **“Pesquisa Menor Preço”** presente no **Aplicativo “Educação Fiscal MG”**. Além da "Pesquisa Menor Preço", o aplicativo dispõe também da funcionalidade "Perfil de Gastos", permitindo ao consumidor fazer um acompanhamento de seus gastos por categorias. Atualmente a funcionalidade **“Pesquisa Menor Preço”** disponibiliza a pesquisa de preços de combustíveis, mas a SEF pretende que, em um futuro próximo, sejam agregados outros produtos, como medicamentos e insumos da cesta básica, por exemplo, além de outras funcionalidades.

# POLÍTICA DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS



# POLÍTICA DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS

# POLÍTICA DA SEF DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS

- De 2015 a 2021, 60 segmentos econômicos tiveram TTS aprovados em Minas Gerais, dos quais **11** foram revistos este ano. Em **2022 (jan. a mai.)**, também foram incluídos mais **02 novos segmentos econômicos com TTS organizados, estruturados e uniformizados**: Prestadores de Serviço de Comunicação não Medido; e Micro, Pequenas e Médias Cervejarias. Totalizando 62 segmentos com TTS aprovados em Minas Gerais de 2015 a maio de 2022.

MÊS	REALIZADO	SETORES ANALISADOS EM 2022
JANEIRO	0	-
FEVEREIRO	4	Revisão TTS MÓVEIS E ARTEFATOS DE METAL
		PRESTADORES DE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO NÃO MEDIDO
		Revisão TTS INDÚSTRIA DE CARNES E DERIVADOS
		Revisão TTS IMPORTADORES DE VINHOS
MARÇO	4	Revisão TTS INDÚSTRIA DE CARNES E DERIVADOS
		Revisão TTS CORREDOR DE IMPORTAÇÃO
		Revisão TTS FERTILIZANTES
		Revisão TTS MÓVEIS E ARTEFATOS DE METAL
ABRIL	3	Revisão TTS CORREDOR DE IMPORTAÇÃO
		MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS CERVEJARIAS
		Revisão TTS CONFECÇÕES
MAIO	2	Revisão TTS CERVEJA E CHOPE

A SEF cumpre as disposições da Lei nº 23.385/2019.

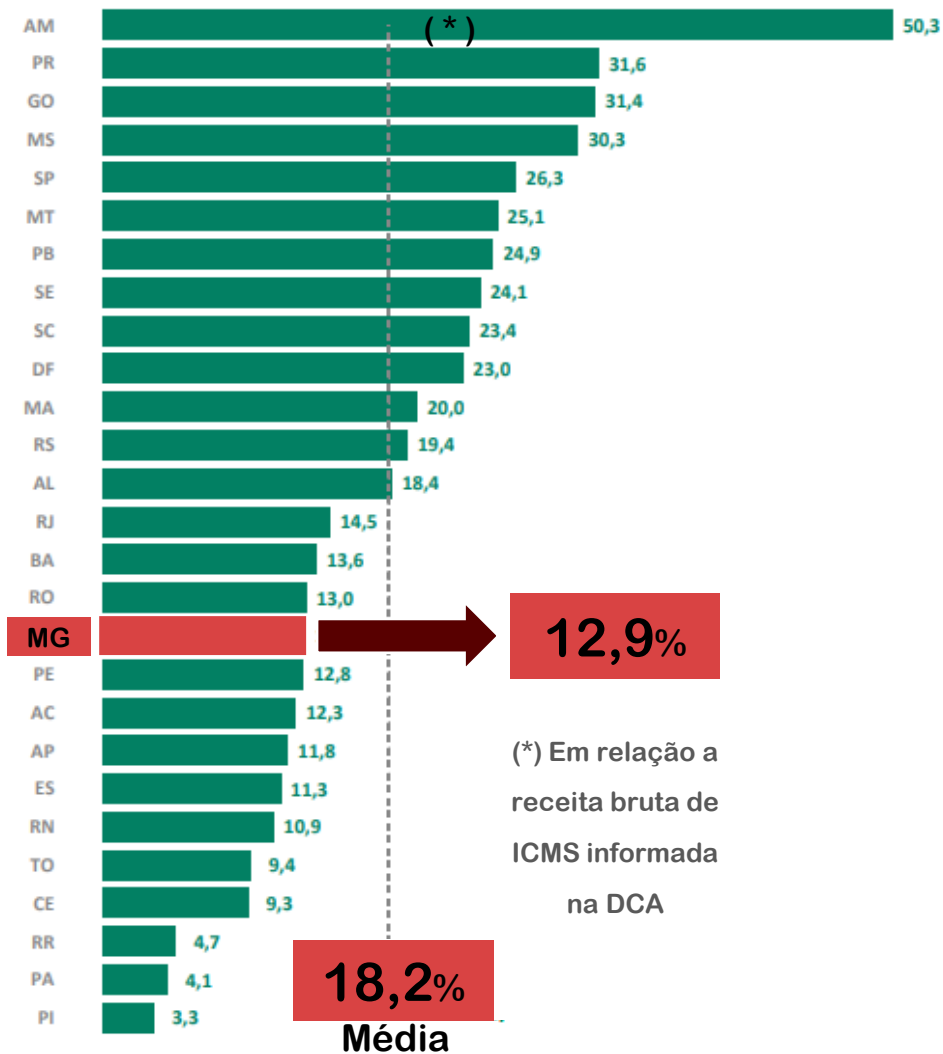


# POLÍTICA TRIBUTÁRIA

RECEITA ESTADUAL  
DE MINAS GERAIS

## TRIBUTAÇÃO E POLÍTICA DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

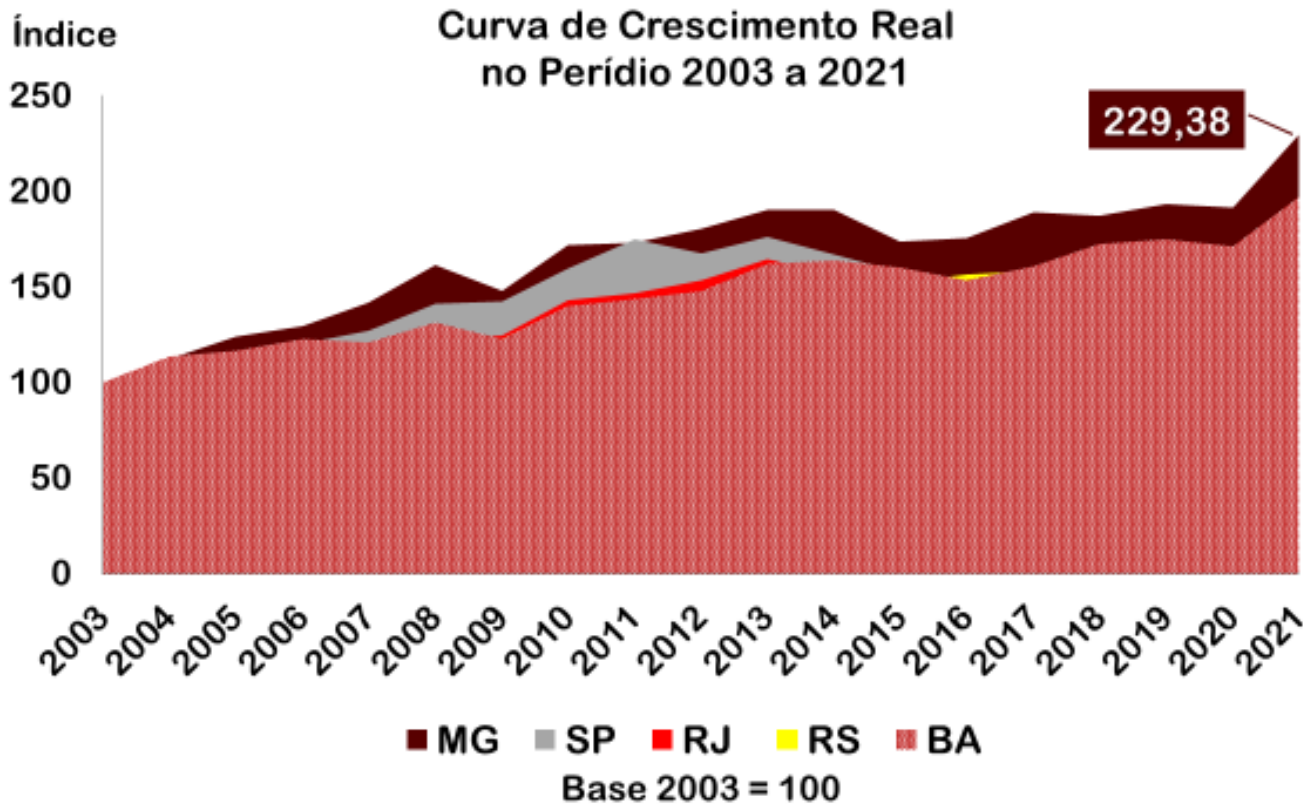
### Porcentagem de Renúncia Fiscal de ICMS



# POLÍTICA TRIBUTÁRIA





RECEITA ESTADUAL  
DE MINAS GERAIS

ICMS  
DOS ESTADOS



229,38

Crescimento Real  
(2021 x 2003)

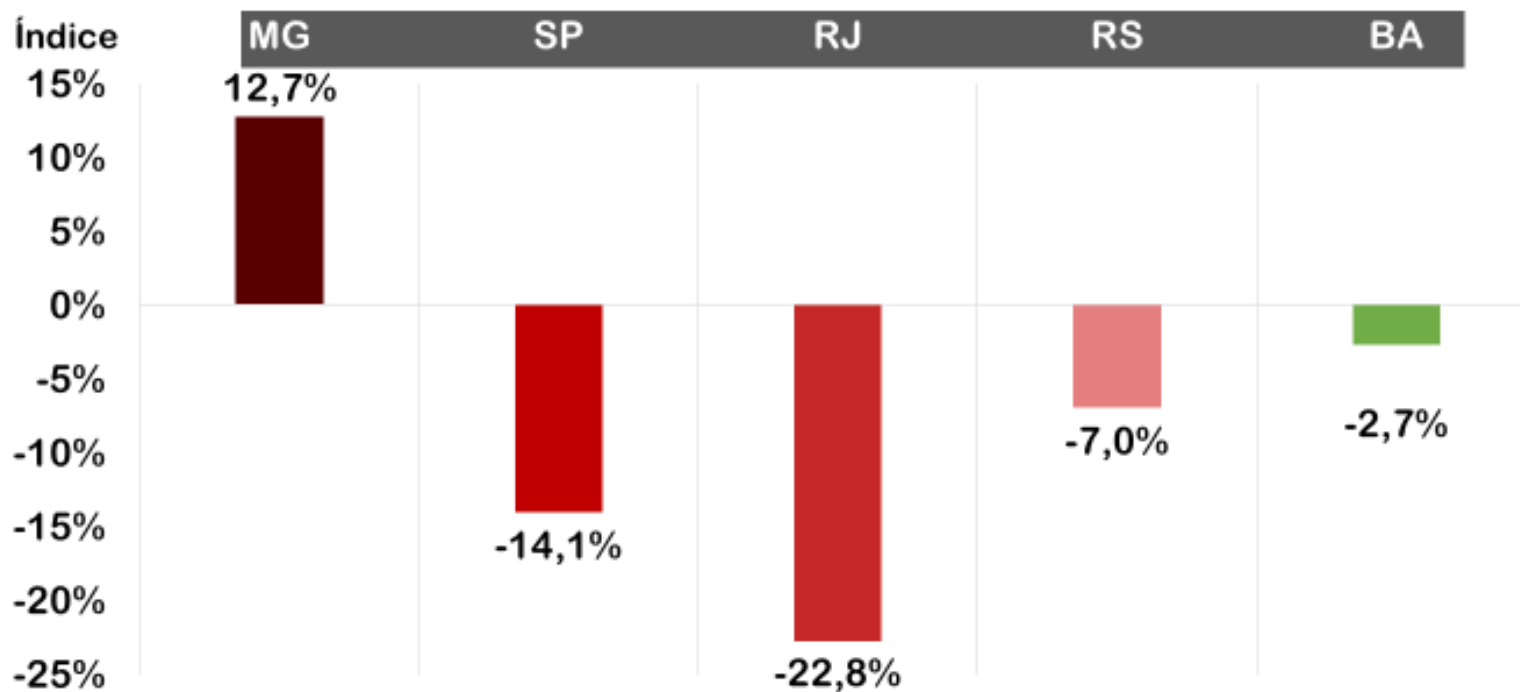
Estado	Percentual
 MG	129,4%
 Brasil	103,5%
 BA	96,9%
 RS	89,3%
 SP	74,9%
 RJ	57,2%

# POLÍTICA TRIBUTÁRIA

RECEITA ESTADUAL  
DE MINAS GERAIS

ICMS  
DOS ESTADOS

Variação da Participação Relativa – Principais Estados  
2021 x 2003

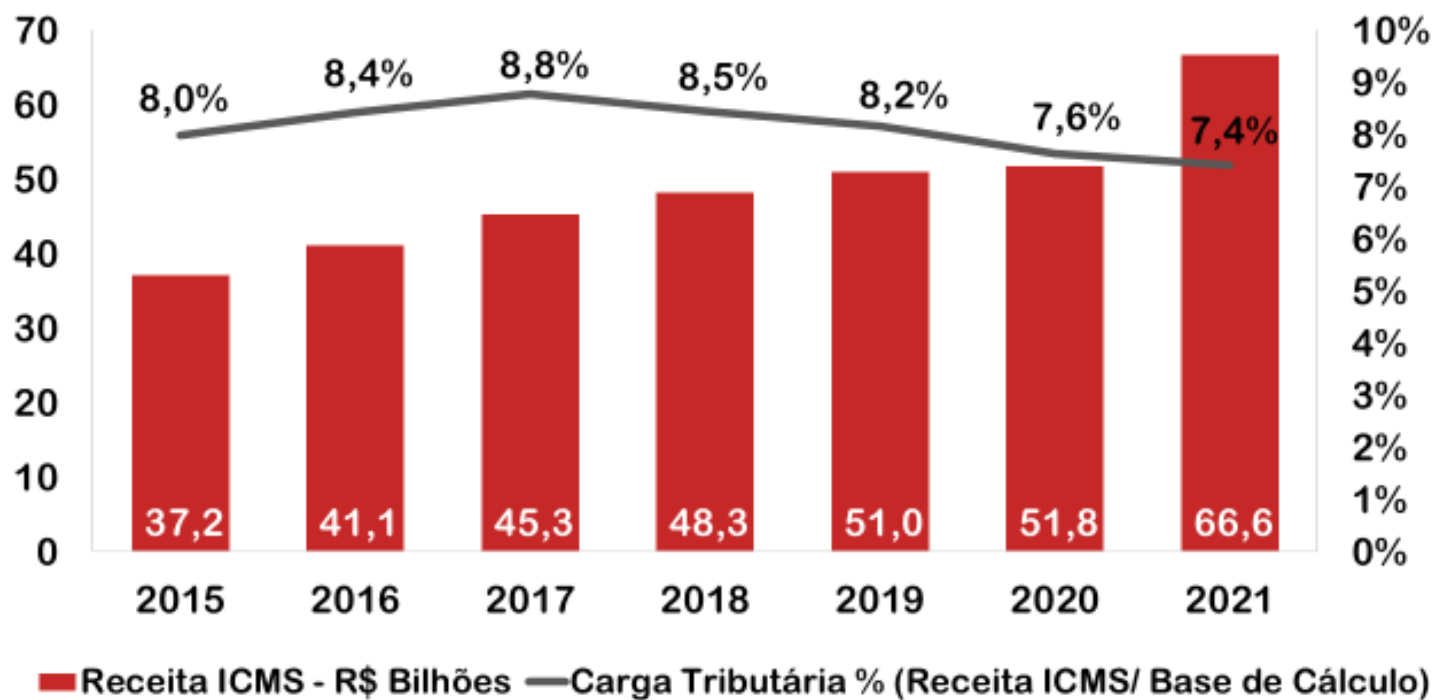


# POLÍTICA TRIBUTÁRIA

RECEITA ESTADUAL  
DE MINAS GERAIS

CARGA TRIBUTÁRIA

Evolução da Carga Tributária em MG  
(ICMS / Base de Cálculo)





# CONTROLE FISCAL E COMBATE À SONEGAÇÃO

# CONTROLE FISCAL E COMBATE À SONEGAÇÃO

---

- **Controle Fiscal:** A Receita Estadual atua no monitoramento das cadeias econômicas sobre as quais tem competência de fiscalização do ICMS, e estrutura um amplo processo de recuperação de receita, enfrentando o crime contra a ordem tributária, no propósito de estabelecer no Estado ambiente de concorrência leal e estímulo ao empreendedorismo responsável.
  - ✓ Entre os resultados alcançados pela ação do Fisco, **R\$ 560,49 milhões referem-se à recuperação direta de receitas ingressadas no cofre do estado (jan. a mai./2022).**
  - ✓ **Operações Fiscais: 10 operações fiscais** (jan. a mai./2022), deste total, **04 são ações vinculadas à força-tarefa do CIRA.** As operações fiscais em 2022 atingiram **102 alvos.**
  - ✓ **Divisa Tributária Segura:** Solução de controle fiscal a partir da captação e do tratamento de dados obtidos no registro da passagem dos veículos que transitam nas rodovias mineiras e sua integração aos documentos fiscais eletrônicos e seus eventos.

Projeto estratégico de Governo, a DTS já conta com convênio firmado com o DER, possibilitando integração de 1065 pontos de controle viário nas rodovias estaduais. Em maio de 2022, foi celebrado **convênio com a PRF**, que permitirá o controle de circulação de veículos também nas rodovias federais.

Obrigado